



Ainda sobre a cultura material e seus múltiplos enfoques

MÉTIS: história & cultura



A fortificação medieval como documento histórico-arquitetônico e símbolo de poder

The medieval fortress as a historical-architectonic and power symbol

Edison Bisso Cruxen*

Resumo: O presente artigo propõe que se reflita sobre o castelo medieval da Península Ibérica, como valioso documento histórico-arquitetônico, capaz de possibilitar o estudo e a interpretação de diversos aspectos da sociedade medieval. Analisando-o como um instrumento polifuncional, destacamos sua característica de comunicação de segurança, domínio, coerção, hierarquização e relação com o sagrado. Dessa forma, propomos uma reflexão sobre o castelo como símbolo de poder por definição.

Palavras-chave: Fortificações medievais. Símbolo de poder. Arquitetura e comunicação.

Abstract: This article wants to reflect on the medieval castle from the Iberian Peninsula as a valuable historic-architectonic document that enables the study and interpretation of various aspects of the medieval society. Analyzing it as a multifunctional instrument we highlight its characteristic of safety communication, dominance, coercion, hierarchizing and relation with the sacred. In this way, we propose a reflection on the castle as a symbol of power by definition.

Keywords: Medieval fortifications. Symbol of power. Architecture and communication.

* Professor no curso de História do Centro Universitário Metodista – IPA, Porto Alegre (RS). Mestre em História pelo PPG/História da Pontícia Universidade Católica (PUCRS). Especialista em Arqueologia Medieval pelo Museu Arqueológico Nacional de Madrid, Espanha. Doutorando em Arqueologia pela Universidade de Coimbra. *E-mail:* edisoncruxen@yahoo.com.br; edison.cruxen@metodistadosul.edu.br

Introdução


Os estudos de castelologia¹ centram-se, principalmente, na análise das características estruturais e funcionais, sejam elas estratégicas ou políticas, sejam elas administrativas ou econômicas. Mas existe outra forma de aproximação da fortaleza, como um símbolo,² um conceito ou imagem mental de uma época. O *castellum*, sem dúvida, é uma das construções mais representativas e paradigmáticas do período medieval.

Nossa proposta parte da concepção de que a utilização de imagens e símbolos tem maior importância em sociedades em que a escrita não é o principal veículo de comunicação, assumindo o papel de transmissores de mensagens. Aqui os símbolos serão entendidos como projeções culturais, reflexos de uma sociedade, pois evocam e comunicam realidades. Segundo Le Goff (1983, p. 328), “la sociedad medieval reforzó la simbólica inherente a toda sociedad por la aplicación de un sistema ideológico de interpretación simbólica a la mayoría de sus actividades”. Além de referências à realidade ou a imagens da vida espiritual, a função simbólica vai muito além da especificidade do religioso, operando indistintamente em todos os níveis da vida mental, social e cultural, não se restringindo a uma única esfera. (AGÜI, 1998, p. 346).

Por meio da análise da arquitetura militar medieval na Península Ibérica, pretendemos alcançar o significado de determinadas mensagens, produzidas por seus construtores e como essas eram recebidas pela comunidade em geral.

A arquitetura e sua mensagem

Quando falamos de imagens, devemos considerar que essas funcionam como símbolos repletos de significados, que, embora não pertençam a uma linguagem propriamente discursiva, expressam ou geram conceitos. Fusco (1970) equipara a arquitetura e suas imagens a uma forma de linguagem. Conforme o autor, “a arquitetura deveria ser considerada como um todo orgânico que, com seus símbolos institucionalizados, pode ser identificada, ao menos parcialmente, com as demais estruturas lingüísticas”. (p. 150). A partir dessa constatação, deveríamos considerar a arquitetura como uma forma de comunicação, transmissora de mensagens e informações para a sociedade. As



construções possuiriam, então, uma dimensão semântica.³ No caso do presente trabalho, o próprio castelo poderia ser percebido como um enunciado lógico, conceitualmente estruturado, transmitindo determinadas informações para um grupo semanticamente capaz de decodificá-las e compreendê-las.

As estruturas arquitetônicas devem ser compreendidas via avaliação dos grupos envolvidos na elaboração da forma arquitetônica e seus usos, buscando ideias e valores, que estão sendo mobilizados para definir e delimitar os espaços, bem como identificar os mecanismos sociopolíticos e econômicos que estão sendo utilizados para expressar essas ideias e valores nas formas e nos usos das edificações. (THIESEN, 1999, p. 84).

A arquitetura é uma das mais evidentes formas de organização espacial numa paisagem, constituindo-se, portanto, no mais claro meio de observar as formas através das quais os homens realizam a transformação do caos da natureza na ordem da cultura. As estruturas arquitetônicas apresentam-se como elementos preciosos para observar os modos através dos quais uma sociedade categorizou o seu meio e como representou essas categorias. (THIESEN, 1999, p. 81).

Os contextos político, social, cultural e econômico condicionam as características da obra arquitetônica, bem como as funções que deve desempenhar e a mensagem que deve transmitir. A arquitetura parte das premissas da sociedade em que se desenvolve, sendo, em grande parte, o resultado da expressão dos desejos dos promotores e de suas circunstâncias. (FUSCO, 1970, p. 17).

A arquitetura tem a peculiaridade de ser um signo⁴ icônico, tridimensional e habitável. A forma, além de suporte de uma função, contém uma imagem visual que possui um valor semântico preciso, denota um significado e determina um comportamento. Forma, função e mensagem são valores inseparáveis que devem ser considerados no momento de julgar uma construção militar medieval da Península Ibérica. (PIGNATARI, 1983, p. 112).

O castelo: função simbólica e necessidade prática

Em geral, a arquitetura é caracterizada por um dualismo: cumpre funções e expressa valores. A arquitetura castelar é definida em função



de uma necessidade imediata e específica – uma necessidade prática de defesa e domínio territorial – sendo o simbolismo constituído posteriormente. Portanto, a mensagem simbólica do castelo nasce de uma realidade que opera principalmente em termos funcionais.

Aqui, falaremos de castelos em sentido genérico e como imagem geradora de conceitos ligados ao poder. Torna-se necessário explicitar que essas construções serão tratadas genericamente, pois, na Península Ibérica, não existe nenhum caso de cópia arquitetônica exata para fortificações. A tipologia de edifícios castrais é muito ampla.

Eliade (1999, p. 15) postula que traduzir imagens em termos concretos é uma operação carente de sentido, já que a realidade que essas imagens tentam significar não se esgota em referências ao concreto, e sua tradução implica um processo de mutilação. Assumindo o risco advertido pelo autor, a presente proposta, busca através de um intento de “tradução” de características arquitetônicas, realizar uma aproximação com a dimensão simbólica dos castelos, desvelando um pouco mais a compreensão sobre essas estruturas medievais ibéricas.

Para Villena (1992, p. 22), a construção de castelos e sua ocupação no terreno, na Península Ibérica, não respondem a razões isoladas ou caprichos senhoriais, mas a uma necessidade verdadeiramente estratégica. Conforme Monteiro (2002, p. 13), no fim da Idade Média, a Coroa portuguesa tenta controlar, nos mais diversos níveis, a organização militar do reino. Esse esforço foi iniciado por D. Dinis ou mesmo por D. Afonso III e prosseguiu com monarcas tão tardios quanto D. Fernando, D. João I ou mesmo D. João II, tendo em vista o domínio sobre a construção, o reparo e a modernização das fortalezas do reino e das respectivas cercas urbanas, em particular daquelas localizadas em fronteiras ou em pontos de acesso às principais cidades do reino. Prova disso é a *Ius Crenelandi*, o monopólio régio de construir castelos e obras fortificadas.

É com D. Dinis que triunfa, em Portugal, de uma forma clara e decisiva, o *Ius Crenelandi*, ou seja, o princípio jurídico que proclama o monopólio régio de edificar fortificações ou obras militares. Os primeiros sintomas deste conceito jurídico podem já ser detectados com D. Sancho I quando este monarca manda destruir uma série de torres senhoriais fortificadas. [...] Somente com D. Dinis surgem as primeiras cartas régias autorizando construção de *casas fortes* em Portugal, a mais evidente demonstração do *Ius Crenelandi* [...]. Num Diploma de 1322, D. Dinis justifica que o nobre Mem Rodrigues de Vasconcelos ...*nom*

podia fazer essa casa forte sem meu outorgamento porque eu ei deffeso que nem huum homem nom possa fazer casa forte em meu senhoryo sem meu mandado... (BARROCA, 1998, p. 807, grifos do autor).

Para Andrade (2001, p. 56), a consolidação da ocupação do território português, tanto no período da Reconquista quanto nas disputas contra Castela, deu-se por meio da implantação de uma malha defensiva no território, a qual tinha como vantagens extras organizar as populações no espaço, aumentar a produção e melhorar a arrecadação fiscal. Esse ponto de vista é reforçado por Cravioto (2004, p. 54) quando refere que, com muita frequência, a fortificação é vista como um elemento isolado, mas, na verdade, ela está em íntima conexão com as povoações que defende, com as necessidades táticas da política vigente e com as necessidades econômicas de proteção dos espaços campesino e comercial.

Os castelos também se defendiam à distância [sic], ou seja, a organização defensiva das praças-fortes incluía a vigilância dos territórios vizinhos. Para este fim, os castelos contavam com o apoio de atalaias e de escutas, estrategicamente distribuídas nos arredores. (MONTEIRO, 2002, p. 24).

As fortalezas sempre foram utilizadas como marcas de presença para a “construção” de um território. Não apenas como marcas de monumentalidade arquitetônica, mas principalmente, por sua grande expressividade retórica (um discurso de dissuasão e domínio). As fortalezas destinavam-se a prevalecer na paisagem como sinais de poder e polos de regramento da ocupação populacional, desempenhando um papel defensivo e organizacional na exploração dos territórios nos quais estavam inseridas. (MONTEIRO, 2002, p. 3).

A palavra “limes” ou “linha” poderia pressupor uma ideia de não existência de profundidade defensiva, ou seja, uma vez transposta a “linha”, o invasor teria todo o território a seu dispor. Esse não é o caso da distribuição espacial das fortalezas portuguesas no território. Monteiro (1999, p. 22) lembra que interpretar a distribuição dos castelos no território português pressupõe um pensamento estratégico e intencional, uma vez que as fortificações foram dispostas de modo a formar linhas de defesa, na fronteira com Castela. Para o melhor funcionamento desse mecanismo defensivo, os castelos deveriam articular-se em diferentes graus de abrangência no território, em redes locais, regionais e “nacionais”.

O castelo medieval como símbolo

Partimos do princípio de que os castelos não refletem apenas o modo de vida da classe dirigente (realeza, nobreza, senhores...) à qual estão diretamente ligados, mas expressam, como um todo, o modelo da sociedade medieval, fortemente hierarquizada e militarizada. A arquitetura castral serve perfeitamente como instrumento para reforçar a figura de poder e controle da nobreza, que buscava transmitir uma imagem durável de *auctoritas*. Nesse caso, o que seria mais durável do que uma consistente e volumosa arquitetura em pedra? Que símbolo mais efetivo de autoridade que um imponente castelo com suas altas torres e muralhas?

Dentro do que pode ser chamado de uma “semiótica do poder”,⁵ se expressa visualmente a existência de hierarquias, tendo como base dois ícones: altura e tamanho. (PIGNATARI, 1983, p. 130). Os castelos respondem amplamente a essa linguagem simbólica, pois uma de suas características principais, além da volumosa edificação, é estar situado, quase sempre, em localizações elevadas, fazendo-se importante também a informação de que, entre os séculos XI e XIV, os castelos passaram por um processo de grande verticalização de muralhas e torres, aumentando sua volumetria e planimetria. (BARROCA, 1990, 1991, p. 89-134).

Os castelos assumiram funções de organização militar, social, econômica, política e administrativa, mas sempre apareceram como principal residência das autoridades. Nosso interesse centra-se na imagem do castelo como símbolo de poder e, portanto, como elemento de feudalização, já que responde às expectativas de controle do grupo que o constrói e habita. A imagem do castelo apresenta-se como fonte de legitimação ou sustentação de uma sociedade hierarquizada. Essas construções podem ser percebidas como um símbolo exotérico, aberto, destinado à recepção e compreensão da sociedade que ele tinha o encargo de proteger.

Um dos muitos elementos que caracteriza o feudalismo é a privatização das relações públicas e a fragmentação do poder político. O castelo, na Idade Média peninsular, joga uma função importante dentro desse contexto sociopolítico de relações de poder, pois assume o papel principal de servir de residência a essa autoridade fragmentada. Expressão disso é o abundante mosaico de fortificações que povoa a Península Ibérica durante o Medievo. (AGÜI, 1998, p. 349).



De acordo com Nieto Soria (1993, p. 16), o feito de governar vem unido ao feito de convencer, de persuadir acerca da conveniência da existência do poder que governa. A ação de governar, na sociedade medieval, se vê cercada de diversos procedimentos retóricos, que asseguram a ação de persuasão. Existe uma forma de retórica não escrita, que, precisamente por essa característica, é, frequentemente, dramática, teatralizada, o que favorece uma percepção imediata e generalizada por parte de um amplo público. A comunicação que provém da arquitetura do castelo segue esse padrão visual, é direta, perceptível desde muito longe.

O castelo é um ícone tridimensional – prático e simbólico – cuja mensagem se dirige ao exterior, para receptores que não dominam as técnicas de construção da arquitetura militar, mas que, não obstante, podem receber a mensagem e compreendê-la, segundo um código ideológico-cultural. Na imagem global da fortificação, podem ser encontrados elementos de uma linguagem simbólica, que, mediante percepção visual, expressa conceitos e comunica atitudes a um imaginário coletivo. (FUSCO, 1970, p. 91).

O *Incastellamento*, a ocupação por fortalezas, dos pontos mais altos na topografia da Europa ocidental, fenômeno registrado no Ocidente medieval, desde o século XI, serve para corroborar essa linguagem de poder, caracterizada pela hierarquização da ocupação do espaço. Esse procedimento, além de responder às necessidades estratégicas, de vigilância e defesa, responde também a pautas ideológicas. Desde um patamar mais elevado no terreno e de cima das torres ou muralhas, o domínio visual do território poderia chegar a muitos quilômetros. O mesmo é verdade para quem estivesse fora da fortificação, podendo avistá-la desde uma grande distância. (VILLENNA, 2001, p. 24). Esse fenômeno ajudará na formação de uma imagem mental do castelo como núcleo de referência territorial, elemento fundamental de domínio da paisagem, articulador do território e protetor da população situada em seu interior. Principalmente nas regiões de fronteira, o castelo será o elemento dominante na paisagem medieval. A fortificação será percebida como uma imagem arquitetônica associada à habitação, ao núcleo gerador de povoamento, fornecedor de segurança, entre tantos outros significados. Dessa forma, o castelo se apresenta como uma mensagem indubitavelmente tranquilizadora para a população estabelecida no território castral e, por outra parte, expressa uma mensagem persuasiva para todo o perigo que possa vir do exterior. Mas se o castelo pode



representar um refúgio coletivo para populações vizinhas em momento de perigo, também pode se converter em símbolo de coerção senhorial em períodos de tranquilidade.

Na medida em que é o símbolo mais emblemático do poder feudal, a fortaleza se acha perto de uma população cuja tranquilidade assegura, mas também condiciona. Sua presença está ligada a um grupo minoritário, mas dominante no seio da sociedade, ele é a expressão plástica, arquitetônica, de um poder de caráter privilegiado, hierárquico, portanto, exercerá na percepção da coletividade, uma imagem simbólica ameaçadora, coercitiva, seja do poder senhorial, seja do nobiliárquico ou régio. A arquitetura castral está consagrada a fins persuasivos.

Signos arquitetônicos de representação⁶

Seguindo a lógica defensiva das fortificações, apresentaremos algumas características arquitetônicas, que, se analisadas individualmente, são capazes de revelar, de maneira mais clara, o simbolismo latente do castelo.

Arquitetura é linguagem e em toda linguagem há uma arquitetura, no sentido de criação e de significação. Os significados que são dados aos objetos são propostos através de nossas experiências com o mundo exterior. Esse mundo exterior é fruto do trabalho do arquiteto, numa prática criadora. A realidade moldada pela práxis criadora arquitetônica, mediada pelo signo, toma significado tantos quantos grupos sociais o observem. (MONTEIRO, 2006, p. 74).

A palavra *fortaleza*, principal atributo do castelo, provém do Llatim *fortitudo*, que significa força (resistência, coragem) valor aplicado ao físico ou ao espiritual, sendo essa uma das quatro virtudes cardinais do catolicismo.⁷ Dessa forma, nome e essência estão ligados em uma relação íntima, e o próprio nome, desde sua aceção de construção, se converte todo em um símbolo de inexpugnabilidade e supremacia. Agüi (1998, p. 352) escreve: “El nombre no sólo designa la esencia sino que inclusive es ella misma y la virtud de ésta reside en él.”

As características que identificavam a “força” encontravam-se, também, nas construções eclesiásticas. Igrejas e castelos são duas realidades arquitetônicas, que aparecem com bastante frequência próximas, associadas, quando não interligadas. A Igreja como símbolo






do poder religioso, e o castelo representando o poder civil-militar apresentam, em sua imagem arquitetônica, elementos simbólicos que parecem equivalentes. (MORA-FIGUEROA, 1996, p. 109). Por uma parte, a mensagem de ambos é a mesma: a de salvação, espiritual por parte da Igreja, temporal por parte do castelo. A mensagem coercitiva também se mostra nas igrejas medievais, com sua decoração externa, tendo como um dos principais temas o Juízo Final e a condenação eterna ao inferno. Mas ambos compartilham um signo arquitetônico fundamental e decisivo que expressa verticalidade e supremacia: a torre. (AGÜI, 1998, p. 355). Na Península Ibérica, no século XIV, surgiram igrejas fortificadas, que possuindo dispositivos de defesa, desempenhavam funções militares, abrigando a população que se encontrava em perigo e oferecendo resistência ativa aos invasores. (MONTEIRO, 2002, p. 27). A estrutura recorrente onde a solução arquitetônica defensiva se apresentava nas igrejas, era a torre do campanário. Para tanto, construídas de forma robusta (com espessas paredes de pedra), com altura superior ao convencional e contendo seteiras (para possibilitar um tiro de arco ou besta, estando-se protegido), representavam a fusão entre a mensagem militar e o campanário religioso. A “força” de Deus e a dos homens se encontravam unidas em uma mesma construção.

Como cualquier otro estamento con capacidad económica y jurídica, o de facto, para labrar reparos defensivos en sus edificaciones, el clero secular o regular, en general profundamente imbricado en la vida temporal de su época y sometido a los avatares violentos de su tiempo, también construyó e incluso detento edificios con clara articulación defensiva... para que las familias de la parroquia pudieran proteger sus reservas y pósitos, y refugiarse en caso de necesidad, contando con pozo de aguada bajo la nave del culto... un pequeño recinto exterior para el ganado y una barbacana, todo ello dotado de saeteras, escaraguaitas y matacanes (MORA-FIGUEROA, 1996, p. 108).


A muralha,⁸ elemento que define e delimita o castelo, é o símbolo mais representativo do modo de vida urbano medieval e da constituição de uma sociedade. As muralhas de um castelo têm maior importância na medida em que, além de serem uma realidade material, estão possuídas de um simbolismo que limita e define o espaço. No interior, um espaço fechado e seguro onde reside o poder e a administração da justiça; no exterior, um espaço subordinado, aberto e submetido à





vigilância e à proteção desse mesmo poder. (VELASCO, 1992, p. 13). De maneira que as muralhas adquirem uma função de fronteira interna entre duas esferas distintas. Dentro dessa delimitação do espaço, as portas, geralmente fortemente defendidas, simbolizam a única possibilidade de permeabilidade, o meio de comunicação entre ambas as esferas.

El símbolo medieval de la muralla urbana es de una constante recurrencia, desde las Partidas alfonsíes a mediados del siglo XIII, “santas cosas son llamadas los muros et las puertas de las ciudades e de las villas”, hasta identificarse con la fortificación por antonomasia, con la civilización, entre los tratadistas del abaluartamiento barroco, “la defensa propia es la fortificación en ella goza de sus bienes la paz, y se teme menos a la hostilidad, porque guarda el sueño a los que abriga... Bárbaros son los hombres que peregrinan por el campo y por el monte com las armas; la Fortificación los pone en Compañía civil” (Vicent Mot, 1664). Pervivencia del viejo apotegma latino “extra civitatem nulla securitas”. No menor carga simbólica tiene su reiterada presencia em la heráldica concejil o en la iconografía religiosa tutelar. (MORA-FIGUEROA, 1996, p. 146).



Os habitantes das cidades identificavam a paz com o sentimento de garantia que somente era capaz de lhes proporcionar a solidez dos “panos” de muralha.⁹ Mas por toda a Península Ibérica é recorrente encontrar estátuas de santos, principalmente de Virgens, emparedadas, que, supostamente, estavam encarregadas de dar uma proteção divina à construção defensiva erigida pela mão do homem, demonstrando que a população não confiava sua segurança apenas à fortaleza de pedra. Em períodos de iminente possibilidade de ataques e cercos, que poderiam durar meses, isolando completamente a população do resto da região, tendo o suprimento de alimentos e água cortado, enfrentando a fome e doenças, os moradores de um ambiente fortificado “lo miraban todos como la defensa de sus casas y el lugar de expiación de sus pecados... el castillo esta solo en el mundo... el sitiado es un prisionero”. (VELASCO, 1992, p. 14-15).

A torre de menagem era a residência do poder feudal e, em sua ausência, a lembrança constante, a materialização de uma autoridade. Se o feudalismo, politicamente, é um sistema vertical de dependências, implicando também uma hierarquização da paisagem e do *habitat*, no ponto de vista arquitetônico, isso também se manifesta. Separada e destacada do resto do castelo, em um nível mais elevado do terreno, a



edificação da torre de menagem representa a última pedra da pirâmide social. É a imagem máxima de poder e controle, convertendo sua representação simbólica em uma mensagem de onipresença evidente para a coletividade submetida à autoridade do poder feudal. A torre de menagem se alça por cima e por trás das muralhas do castelo, e esse, por sua vez, aparece em um nível mais alto que a vila.

A torre de menagem localizava-se no meio do pátio, isolada dos muros. Implantava-se na zona mais alta do castelo, para permitir o tiro para o exterior, por cima da muralha. Se possível, apoiava-se nos afloramentos rochosos, para assim melhorar as condições de defesa. Tinha uma altura raramente inferior a 10m, podendo alcançar os 15-20m, ou mesmo mais. Normalmente, tinha planta quadrangular ou rectangular. O andar térreo não possuía aberturas, a porta rasgava-se no primeiro andar e o acesso era feito por uma escada móvel de madeira, que era recolhida em caso de perigo. A torre de menagem era concebida como um último reduto defensivo, capaz de continuar a resistir depois de o resto do castelo ter sido tomado. Era como que uma fortaleza dentro da fortaleza e tornou-se num símbolo de poder. (MONTEIRO, 2002, p. 11).

A torre de menagem, símbolo de autonomia, bastava-se a si mesma como última defesa, estando preparada para resistir até a chegada de reforços e para, inclusive, alvejar o interior do castelo se fosse tomado. A torre de menagem ibérica distinguia-se do *donjon*¹⁰ francês, mais opulento e confortável, por servir de residência pessoal ao senhor e à sua família, todavia, na medida em que ela se ampliou, com as campanhas de reconstrução do rei português D. Dinis (1261-1325), foi adquirindo amplas áreas destinadas à habitação, nomeadamente a partir do séc. XIV. (NUNES, 2005, p. 168).

Para Le Goff (1983, p. 372-374), a torre de menagem comportava um espaço cerimonial e, portanto, propagandístico por definição. Os atos de entrada na vassalagem e as cerimônias de tomada ou posse de uma fortaleza, carregados de ritualismo, eram celebrados na torre, edifício que se convertia no coração simbólico do castelo e em veículo de expressão




de uma minoria privilegiada. A menagem simbolizava a plasmação de um conceito e o signo de identidade de um grupo social.

O castelo como documento: concluindo

O valor evocativo das ruínas medievais se mantém com força na imaginação popular que, a partir de um pensamento romântico, transformou os castelos em edifícios impessoais, atemporais, em imagens estereotipadas, cenário de vida apenas de grandes vultos históricos e da presença mítica na paisagem. A proposta da “castelologia” é passar a entender esses edifícios como um objeto de estudo real, descartando tipologias alheias à realidade material e político-social do período em que foram construídos, perceber as fortificações, em definitivo, como um documento histórico, uma chave de compreensão espaciotemporal. (MUÑOZ, 2004, p. 14).

A arquitetura é testemunho material destacado tanto por seu volume e significado como por sua continuidade funcional, convertendo-se em um meio idôneo para transmitir ideias e mensagens, estando carregada de simbolismo. Os usos e significados arquiteturais, normalmente, estão profundamente relacionados. Os castelos como edifícios polifuncionais destinam-se à ocupação e à defesa do espaço, à organização política, social e econômica, são um meio de atração de novos povoadores, mensagem de presença, legitimação e dissuasão. A arquitetura fortificada simboliza a presença efetiva de um poder superior; o castelo é a imagem de um grupo social dominante, carregado de significados claramente identificados por seus donos ou ocupantes, bem como pelo resto da sociedade. Em um sistema político no qual as relações estão baseadas na existência de hierarquias, as imagens mentais que melhor expressam a subordinação ao poder são as de verticalidade (acima e abaixo). O fato de a maioria das fortificações ser construída em locais elevados (além da óbvia vantagem estratégica) parece transmitir um desejo de proclamar a posse sobre o território. Nesse caso, elevação e poder podem ser considerados sinônimos. (AGÜI, 1998, p. 127).

Mais do que a interpretação de sua estrutura e de sua funcionalidade arquitetônica e importância militar é necessário ressaltar toda a carga informativa que as fortificações carregam sobre o funcionamento e a organização das sociedades que as construíram e habitaram. A arquitetura



militar pode ser vista como prova dos recursos tecnológicos do período medieval, um meio de estudo da relação entre homens e paisagem (o castelo como modificador e estruturador do espaço), base fundamental para questões de política de Estado (estabelecedor e mantenedor de fronteiras), difusor de mensagens, via uma simbologia característica, e materializador do contato cultural e tecnológico entre diferentes culturas. Como forma de conclusão, o castelo presta-se, pelo viés histórico-arqueológico, como um riquíssimo objeto de estudo, investigação e compreensão de diversos aspectos relacionados à sociedade medieval.

Notas

¹ Definido como o estudo da história, da arquitetura, da função e da simbologia de castelos medievais e fortalezas de transição e modernas.

² “O símbolo é um signo cuja virtude está na generalidade da lei, regra, hábito ou convenção de que ele é portador, e a função como signo dependerá precisamente dessa lei ou regra que determina seu interpretante.” (SANTAELLA, 2004, p. 132).

³ Com símbolos universalmente aceitos, constituindo um código normalizado, intencionalizado, a informação semântica está associada a um processo de comunicação, fator relacional entre uma fonte geradora e um canal de transferência, tendo em vista um destinatário apto semanticamente a recebê-la. Dessa forma, a informação semântica é conceitual, pois são os conceitos que compõem o significado e generalizam as características dos objetos e dos fenômenos. (MIKHAILOV, 1980, p. 77-79).

⁴ “Unidade lingüística que tem significante e significado.” (FERREIRA, 1999, p. 1.853). Compreendido como a combinação entre um conceito (significado) e uma imagem, neste caso, visual (significante). “O signo é um veículo que comunica à mente algo do exterior. Aquilo em cujo lugar o signo está é denominado objeto; aquilo que o signo transmite, seu significado, e a idéia que ele provoca, seu interpretante.” (PEIRCE apud SANTAELLA, 2004, p. 28).

⁵ Símbolos que comunicam uma preponderância, um domínio. Conforme Pignatari (1983, p. 130): “Se puede trazer una ‘línea de poder’ en un




gráfico arquitectónico que, viniendo de la mítica torre de Babel, pasa, sucesivamente, por las pirámides egipcias, los zigurat caldeos, las pirámides mayas e incas, las acrópolis griega, las torres de las Iglesias cristianas, las chimeneas de la Primera Revolución industrial, los rascas cielos y las torres de captación y emisión de señales radiotelegráficas.”

⁶ “A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão.” (PESAVENTO, 2005, p. 40). “As representações carregam sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão.” (PESAVENTO, 2005, p. 41). “A realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade.” (CHARTIER, 1991). As representações não estão fora da realidade; pelo contrário, fazem parte dela, na medida em que o sujeito a vivencia, mas também a constrói.

⁷ Sendo as outras três: Justiça, Sapiência e Temperança.

⁸ Conforme NUNES (2005, p. 180), “muro construído normalmente de pedra, ladrilho ou taipa que constituía a defesa de uma fortaleza ou de uma povoação e que, pela sua altura, espessura e disposição, se destinava a evitar o seu escalamento, destruição e dificultar os trabalhos de sapa e minagem na sua base”.

⁹ Mas a segurança e a “paz de espírito” só estariam asseguradas se as estruturas que constituíam a fortificação passassem, com



certa frequência, por uma devida manutenção. Como nos demonstra esta lei de D. Afonso IV (1325-1357): “Outrosy deve d’entrar nos castellos que teem os Alcaydes e veer como estam bastidos tam bem d’armas como doutras cousas que lhe fezerem mester. E se as torres ou andaymos ham mester de se correger. E de se adubarem. E como todo esto achar assy o deve fazer saber a el Rey. E eso mesmo deve fazer saber das çercas e das villas, e faça-o logo correger.”
Passagem da lei de D. Afonso IV sobre

as atribuições dos corregedores – “*De quaees feitos devem de conhecer os Corregedores nas terras.*” *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*, Lisboa, p. 507-508 apud BARROCA (1998, p. 806).

¹⁰ Conforme MORA-FIGUEROA (1996, p. 94): “*La torre más conspicua de una fortificación, sea del homenaje o no. Es galicismo introducido en el siglo XIX, y a su vez viene del ‘dominium’ latino, como expresión simbólica del carácter dominical de la construcción.*”

Referências

- AGÜI, E. La dimensión simbólica del castillo plenomedieval. In: Altas de la XV Assambela General de la Sociada Española de Studios Medievais. *La fortaleza medieval: realidade y símbolo*. Murcia: Ed. da Universidad de Murcia, 1998.
- ANDRADE, A. *A construção medieval do território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- BARROCA, M. D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*, n. 15, v. 1, 1998.
- _____. Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX-XIII). *Revista Portuguesa*, Nova Série, XI-XII, Porto, Portugal, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990/1991.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, jan. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sic_arttext&tlng=em>. Acesso em: 15/4/2010.
- ELIADE, M. *Imágenes y símbolos*. Madrid: Taurus, 1999.
- FERREIRA, A. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- FUSCO, R. *Arquitetura como "mass médium": notas para uma semiologia arquitetónica*. Barcelona: Anagrama, 1970.
- LE GOFF, J. *Tiempo, trabajo y cultura en el Occidente medieval*. Madrid: Taurus, 1983.
- MIKHAILOV, I. Estrutura e principais propriedades da informação científica. In: GOMES, Hagar Espanha (org.). *Ciência da informação ou informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980.
- MONTEIRO, J. *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença perfil, conservação, vigilância e comando*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra: Colibri, 1999.
- _____. *Castelos portugueses*. Lisboa, Portugal: Instituto Português do Património Arquitetónico (Ippar), 2002.
- MONTEIRO, M. *Notas para construção de um diálogo entre arquitetura e semiótica*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UnB, Brasília, 2006.
- MORA-FIGUEROA, L. *Glosario de arquitectura defensiva Medieval*. Cádiz, España: Ed. Universidad de Cádiz, 1996.
- MUÑOZ, A. Proceso de Investigación en Castellología. In: Fundación Sánchez Abornoz. *Curso de Formación en Castellología Medieval*. Ávila: Ed. da Fundación Sánchez Abornoz, 2004.
- NIETO SORIA, J. M. *Ceremonias de la realeza: propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara*. Madrid: Nerea, 1993.
- NUNES, A. *Dicionário de arquitetura militar*. Caleidoscópio/Comissão Portuguesa de História Militar, Casal de Cambra: 2005.
- PESAVENTO, S. *História e história cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



PIGNATARI, D. *Semiótica del arte y la arquitectura*. Barcelona: Barcelona, 1983.

SANTAELLA, L. *Teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.

THIESEN, B. *As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX*. 1999. Dissertação (Mestrado) – PPG em História, Área de Concentração em Arqueologia/PUCRS, Porto Alegre, 1999.

VELASCO, I. La arquitectura militar como símbolo y emblema de las realidades medievales. In: CURSO DE CULTURA MEDIEVAL: SEMINARIO – LA FORTIFICACIÓN MEDIEVAL EN LA PENÍNSULA IBÉRICA, 4., 1992. Aguilar del Campo, 1992.

VILLENA, L. Arquitectura militar en la Península Ibérica. In: CURSO DE CULTURA MEDIEVAL: SEMINARIO – LA FORTIFICACIÓN MEDIEVAL EN LA PENÍNSULA IBÉRICA, 4., 1992. Aguilar del Campo, 1992.

